

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2021.**  
(Do Deputado Federal Delegado Waldir – PSL/GO)

Altera a redação do art. 122 e revoga os arts. 123, 124 e 125 da Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, extinguindo a possibilidade de saída temporária.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta lei altera o art. 122 e revoga os arts. 123, 124 e 125, da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, extinguindo a possibilidade de saída temporária.

**Art. 2º** O art. 122 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Da vedação da Saída Temporária**

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto ou fechado não poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento” (NR).

**Art. 3º** Ficam revogados os arts. 123, 124 e 125, da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem a finalidade de aperfeiçoar a Lei nº 7.210/1984 - Lei de Execução Penal, de modo a restringir seu caráter excessivamente liberal em relação às saídas temporárias, revogando os artigos 123, 124 e 125 da lei supracitada e alterando a redação do artigo 122, a fim de vedar expressamente tal benefício.

Neste sentido, é comum que criminosos condenados perigosos se disfarçam de disciplinados para obterem os benefícios da progressão de regime e outros, como as saídas temporárias, popularmente conhecidas como “saidões”.



Para que recebam tal benefício, os presos de sujeitam a condições objetivas e subjetivas, tais como as estabelecidas no art. 123 da Lei de Execução Penal: "I - comportamento adequado; cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente; III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena". Não obstante, eles as preenchem com facilidade.

Não é raro, portanto, muitos saírem nessas ocasiões para nunca mais retornarem. Situação frequente, também, é aproveitarem tais saídas para cometerem novos crimes, geralmente sob a máscara de que não delinquiriam em ocasião tão propícia, haja vista "estarem presos". Tais situações ocorrem, haja vista a saída temporária não possuir "vigilância direta", conforme estabelecido no art. 122 da Lei 7.210/1984.

Os que argumentam a favor da continuidade das saídas temporárias sustentam a necessidade de o preso obter condições de ressocialização para o seu retorno à sociedade, não obstante, o que se tem na prática é a fuga de presos perigosos beneficiados com a saída temporária, que utilizam o benefício justamente para tal fim, gerando perigo para a população de maneira geral, além de árduo trabalho aos órgãos encarregados da persecução penal na busca desses presos foragidos.

A pena a ser cumprida pelo condenado representa, ainda que timidamente, o preço a ser pago pela prática do crime cometido e que, com o gozo desses benefícios, estaria sendo mais reduzida ainda, em que pese o sistema penal e processual penal brasileiro já ser extremamente brando, inclusive chegando a situações inadmissíveis como o caso da homicida Suzane Von Richthofen, que assassinou os pais com a ajuda do ex-namorado e seu irmão, e obteve esse benefício no feriado do dia das mães.

Em sentido oposto, não se observa tamanha preocupação dos defensores de tal benefício com as famílias que sofrem e amargam as perdas de entes queridos, de modo a existir uma inversão de valores completa, beneficiando-se criminosos e desprotegendo as vítimas e seus familiares.

De acordo com dados da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, 32.754 presos obtiveram o benefício da saída temporária ao longo de 2019, sendo que destes, 1.488 condenados não retornaram à prisão<sup>1</sup>, ou seja, quase 5%. Não é admissível que esta quantidade de condenados esteja foragido porque foram beneficiados com uma saída, apesar da porcentagem parecer pequena, são quase 1.500 presos soltos nas ruas, gerando perigo para toda a população.

A revogação do benefício da saída temporária e sua vedação expressa se mostra razoável para a proteção das vítimas desses criminosos e também da

<sup>1</sup> SP: 1,4 mil presos não voltaram à cadeia após saidinha de fim de ano. Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/justica/noticia/2020-01/sp-14-mil-presos-nao-voltaram-cadeia-apos-saidinha-de-fim-de-ano>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Waldir

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217714082100>



população em geral, a fim de que os presos não sejam beneficiados e os demais cidadãos prejudicados.

Posto isso, externados os malefícios causados pelo benefício das saídas temporárias de condenados, mostra-se extremamente necessária a revogação dos artigos da Lei de Execução Penal que permitem tais saídas, bem como sua alteração para vedar expressamente tal benefício, evitando-se a fuga de criminosos perigosos presos.

Desse modo, peço o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 2021.

Deputado Federal **Delegado Waldir**  
PSL/GO



<sup>1</sup> SP: 1,4 mil presos não voltaram à cadeia após saidinha de fim de ano. Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-01/sp-14-mil-presos-nao-voltaram-cadeia-apos-saidinha-de-fim-de-ano>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Waldir

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217714082100>